



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10640.001112/2010-86

**Recurso nº**

**Resolução nº** 2803-000.081 – 3ª Turma Especial

**Data** 18 de janeiro de 2012

**Assunto** Solicitação de Diligência

**Recorrente** SUCATRANS DE JUIZ DE FORA LTDA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**RESOLUÇÃO**

RESOLVEM os membros os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência nos termos do voto do relator.

(assinado Digitalmente)

Helton Carlos Praia de Lima – Presidente

(assinado digitalmente)

Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Helton Carlos Praia de Lima (presidente), Oseas Coimbra Júnior, Amílcar Barca Teixeira Júnior, Gustavo Vettorato e Wilson Antônio de Souza Correa.

## Relatório

Trata-se de Auto de Infração (CFL 68) lavrado em desfavor do contribuinte acima qualificado, pelo não cumprimento da obrigação acessória para com a seguridade social. Na situação em questão, a falta diz respeito à informação inexata na GFIP, do período de 01/2006 a 06/2007, tendo em vista que a empresa era optante do SIMPLES. Por ter descumprido a regra relativamente ao referido sistema, a empresa foi excluída, nos termos do Ato Declaratório Executivo nº 101, de 16/09/2009, publicado no diário Oficial da União de 18/09/2009, a partir de 01/01/2006.

O Contribuinte devidamente notificado apresentou defesa tempestiva.

A impugnação foi julgada em 13 de janeiro de 2011, ementada nos seguintes termos:

*ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS*

*Período de apuração: 01/01/2006 a 30/06/2007*

*AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.  
INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.  
APRESENTAR GFIP COM DADOS NÃO  
CORRESPONDENTES AOS FATOS GERADORES DE  
TODAS AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.  
DECORRÊNCIA DE EXCLUSÃO DO SIMPLES.*

*A pessoa jurídica excluída do sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*

*Constitui infração à legislação previdenciária, por descumprimento de obrigação acessória, a apresentação de guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias.*

*IMPUGNAÇÃO CONTRA O ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO. INEXISTÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO.*

*A exclusão da sistemática de tributação SIMPLES enseja possibilidade de impugnação em autos próprios, onde se disponibiliza o contraditório e ampla defesa apropriados à formação de convicção do julgador.*

*Da impugnação ou manifestação de inconformidade contra o Ato Declaratório Executivo de Exclusão do SIMPLES não decorre efeito suspensivo contra o lançamento de contribuições previdenciárias por ausência de previsão legal.*

*A suspensão da exigibilidade do crédito (art.. 151 do Código Tributário Nacional – CTN) não impede o fisco de proceder ao lançamento eis que esta é atividade vinculada e obrigatória (art. 142 do CTN) e visa impedir a ocorrência da decadência.*

#### *Impugnação Improcedente*

#### *Crédito Tributário Mantido*

Inconformado com resultado do julgamento da primeira instância administrativa, o Contribuinte apresentou recurso tempestivo, onde alega, em síntese, o seguinte:

- Em síntese reduzida, o lançamento fiscal refere-se às Contribuições Previdenciárias Patronais (empresa e seguro acidente do trabalho), as quais exigidas da empresa pelo fato de, segundo o Relatório Fiscal, a pessoa jurídica haver sido excluída do SIMPLES mediante a publicação do Ato Declaratório Executivo nº 101 de 16/09/2009.
- Para que o lançamento possa prosperar, é fundamental verificar se na data da ciência do presente auto de Infração ao contribuinte, o sujeito passivo, teria sido, de fato e de direito, excluído do SIMPLES.
- A empresa tomou conhecimento da sua exclusão do SIMPLES, efetivada por meio do Ato Declaratório Executivo nº 101, de 16/09/2009, cuja cópia foi encaminhada à empresa através da Notificação nº 073/2010, e por ela (empresa) recebida no mês de março de 2010.
- No caso de exclusão de ofício mediante Ato Declaratório expedido pela autoridade Administrativa, o § 3º do art. 15, da Lei nº 9.317/96, assegura, para o sujeito passivo, o direito ao contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo, a qual se acha consolidada no Decreto nº 70.235/72.
- O art. 2º do referido assim dispõe: “Poderá ser apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, impugnação à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Juiz de Fora, nos termos do artigo 224 da Portaria MF nº 030/2005. Não havendo manifestação neste prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva”.
- A empresa IMPUGNOU, tempestivamente, o aludido ATO DECLARATÓRIO (cópia da impugnação anexa).
- Como dispõe o art. 2º do Ato Declaratório Executivo (reproduzido no parágrafo 6), a exclusão da empresa do SIMPLES somente se tornará eficaz e surtirá efeitos

legais se, após a decisão administrativa que não comporte mais recursos, a manifestação de inconformidade da empresa não for acolhida.

- Em face de todo o exposto, o presente Auto de Infração que tem como escopo cobrar diferenças de tributos em razão da suposta exclusão da empresa do SIMPES, (suposta, pois a exclusão ainda não se concretizou e não se tem certeza se será concretizada) por agredir direito líquido e certo da impugnante e afrontar o princípio da segurança jurídica não pode e não deve prosperar.

- O Acórdão (fls. 76 do processo) confirma a impugnação apresentada pelo sujeito passivo contra o Ato Declaratório Executivo DFR-JFA nº 101/2009, o qual excluiu a empresa do Sistema Simples.

- O relator tece comentários a respeito do julgamento de Primeira Instância, prolatado pela mesma Delegacia de Julgamento, que conclui pela improcedência da Manifestação de Inconformidade da empresa com relação à sua exclusão do Simples, admitindo que a decisão do órgão pode ser objeto de Recurso Voluntário ao CARF, ou seja, que os seus efeitos não são definitivos, pelo menos até que se esgote o prazo para apresentação do recurso.

- É fundamental ressaltar que os processos da exclusão do simples e do auto de infração são processos distintos. Desse modo, embora a Delegacia responsável pelo julgamento do presente processo tenha sido a mesma que julgou o processo de exclusão do simples, poderia este ter sido encaminhado para julgamento por outra Delegacia, bem como poderia não ter sido ainda julgado.

- O lançamento do crédito tributário ora contestado somente poderia ser efetuado após o trânsito em julgado da decisão administrativa (DECISÃO FINAL) que não acolhesse a pretensão da empresa de não ser excluída do simples.

- Embora não seja relevante para o deslinde dos fatos controversos deste processo, informa-se a essa Egrégia Corte que a empresa ingressou com um Recurso voluntário (ainda não julgado até a presente data) contra a decisão que não acolheu a sua Manifestação de Inconformidade contra a sua exclusão do simples.

- Em momento algum da pela impugnatória foi ventilada ou foi pedida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, constante deste processo, enquanto se aguarda o desfecho do processo de exclusão do simples.

- A tese defendida na impugnação e agora repisada, lastreada em atos legais (Leis e Decretos) é de que, enquanto não houver decisão final a respeito da exclusão do Simples, a pessoa jurídica não pode ser autuada (lançamento de ofício) e nem compelida a pagar os tributos sob outra forma de tributação.

- Sempre é bom lembrar que a Constituição Federal, em seu art. 37, não só exige que a Administração Pública, além da obediência estrita da lei, paute seus atos de acordo com os critérios de equidade, imparcialidade, moralidade e boa fé e aja sempre de modo mais útil ao interesse público e não ao interesse do ente que representa.

- Por todos os argumentos e provas constantes do presente é que, por questão de justiça, requer-se o cancelamento do lançamento tributário ora contestado.

Não apresentadas as contrarrazões.

É o relatório.

CÓPIA

**Voto**

Conselheiro, Amílcar Barca Teixeira Júnior, Relator.

Sendo tempestivo, concreto do recurso e passo ao seu exame.

Nestes autos restou clara a dissonância de entendimento entre o contribuinte e o julgamento de primeira instância.

Por se tratar, na origem, de processo referente à exclusão de empresa do Sistema Simples, não resta nenhuma dúvida de que ao contribuinte deve ser assegurado o amplo direito de defesa e ao contraditório, nos moldes do inciso LV do art. 5º da Carta da República.

No recurso apresentado, o contribuinte insiste em afirmar que a sua exclusão do Sistema Simples ainda está pendente de julgamento na segunda instância administrativa, situação solememente ignorada pelo julgador *a quo*. No ponto, inclusive, ele se diz amparado pelo § 3º do art. 15 da Lei nº 9.217/96, que está assim redigido:

*Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:*

(...)

*§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)*

Com efeito, não tenho dúvida de que o contribuinte está certo em seu posicionamento. A certeza resta amplamente configurada em parte do acórdão ora recorrido, (fls. 6) quando o julgador *a quo* assevera:

*E, com base em tais dizeres, a DRJ refutou as alegações da empresa e manteve o ato que excluiu-a do sistema de que trata a Lei nº 9.217/96, decidindo, assim, o litígio instaurado pela defesa interposta nos autos daquele processo.*

*É certo que o referido Acórdão, então expedido pelo órgão colegiado, poderá ser objeto de recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais por parte da autuada.*

Ora, se a própria autoridade administrativa afirma existir pendência de julgamento no âmbito do CARF, qualquer decisão no processo ora guerreado poderá ser dissonante da decisão do processo em que se discute a exclusão ou não da empresa da sistemática do Simples.

Assim sendo, para evitar surpresas, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, para que a autoridade administrativa de primeira instância informe sobre o outro processo (o que discute a exclusão ou não do SIMPLES), inclusive, juntando cópia do seu andamento / julgamento, sendo o caso. Após, retornem a esta Terceira Turma Especial da Segunda Seção do CARF para julgamento.

É como voto.

(Assinado digitalmente)  
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator.